

## FERNANDO AUGUSTO DE VITA BORGES DE SALES

*Advogado em São Paulo há mais de 20 anos. Mestre em Direitos Difusos e Coletivos (com ênfase em Direito Ambiental), pós-graduado em Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, é professor universitário na Universidade Paulista - UNIP, em nível de graduação e pós-graduação. Leciona, como convidado, em cursos preparatórios para OAB e concursos, em cursos de Pós-graduação, e na Escola Superior da Advocacia (ESA), da OAB/SP. Foi Diretor Jurídico do Sindicato das Indústrias de Panificação do ABC (SIPAN-ABC), no período de 1998 a 2005 e Diretor Tesoureiro da 40ª Subseção de São Caetano do Sul, da OAB/SP, no triênio 2007/2009. Agraciado com a Lâurea do Mérito Docente, pela Comissão do Acadêmico de Direito, da OAB/SP, nos anos de 2014 e 2016, com a Medalha do Mérito Cultural Clóvis Beviláqua, em 2018, e com a Lâurea de Agradecimento, em 2019, pela Comissão de Cultura e Eventos da OAB/SP. É palestrante do Departamento de Cultura e Eventos da OAB/SP e autor de diversos livros na área jurídica, dentre os quais, destacam-se os publicados pela editora JH Mizuno: Manual de prática processual civil (2020), Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade limitada nas relações de consumo (2019), Juizados especiais cíveis: comentários à legislação (2019).*

# Nova LEI DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO

ANÁLISES E COMENTÁRIOS DA REFORMA  
PROMOVIDA NA LEI Nº 11.101/2005  
PELA LEI Nº 14.112/2020

## Nova Lei de Falência e Recuperação

© Fernando Augusto De Vita Borges de Sales

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: Eliane Chainça

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S163n	<p>Sales, Fernando Augusto De Vita Borges de. Nova lei de falência e recuperação / Fernando Augusto De Vita Borges de Sales. – Leme, SP: Mizuno, 2021. 268 p. : 16 x 23 cm</p> <p>Inclui bibliografia. Inclui índice alfabético remissivo.</p> <p>ISBN 978-65-5526-128-8</p> <p>1. Falência – Brasil. 2. Direito empresarial. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 346.81078</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460  
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210  
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editoramizuno.com.br](http://www.editoramizuno.com.br)  
e-mail: [atendimento@editoramizuno.com.br](mailto:atendimento@editoramizuno.com.br)

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

<b>Evolução Histórica do Direito Falimentar no Brasil .....</b>	<b>17</b>
1.1. Surgimento do direito falimentar.....	17
1.2. Como a falência chegou ao Brasil.....	18
1.3. A Lei 2.024/1908.....	19
1.4. O Decreto n. 7.661/1945.....	19
1.5. A Lei 11.101/2005.....	20
1.6. A Lei 14.112/2020.....	20

## CAPÍTULO 2

<b>Apontamentos Sobre a Falência e a Recuperação na Lei 11.101/2005.....</b>	<b>21</b>
2.1. Generalidades.....	21
2.1.1. O regime jurídico da empresa em crise.....	21
2.1.2. Aplicação.....	22
2.1.3. Juízo competente.....	23
2.2. Disposições comuns à falência e à recuperação judicial.....	24
2.2.1. Generalidades.....	24
2.2.2. Administrador judicial.....	24
2.2.3. Assembleia-geral de credores.....	25
2.2.4. Verificação e habilitação de créditos.....	26
2.2.5. Habilitação de crédito retardatária.....	27
2.3. Da recuperação judicial.....	28
2.3.1. Generalidades.....	28
2.3.2. Do deferimento do processamento da recuperação judicial.....	31
2.3.3. Do plano de recuperação judicial.....	32
2.3.4. Do procedimento da recuperação judicial.....	33
2.4. Da recuperação extrajudicial.....	34
2.5. Da falência.....	37
2.5.1. Generalidades.....	37
2.5.2. Do procedimento para decretação da falência.....	37
2.5.3. Da decisão que declara a falência e seus efeitos.....	40
2.5.3.1. Efeitos sobre os credores.....	40

2.5.3.2. Efeitos sobre a pessoa do falido.....	40
2.5.3.3. Efeitos sobre as obrigações do falido .....	41
2.5.3.4. Formação da massa falida.....	41
2.5.4. Quadro geral de credores e classificação dos créditos.....	41
2.5.4.1. Em 1º lugar – créditos trabalhistas.....	42
2.5.4.2. Em 2º lugar – créditos com garantia real.....	42
2.5.4.3. Em 3º lugar – créditos tributários.....	42
2.5.4.4. Em 4º lugar – créditos quirografários .....	43
2.5.4.5. Em 5º lugar – multas contratuais, tributárias e penas pecuniárias penais ou administrativas .....	43
2.5.4.6. Em 6º lugar – créditos subordinados.....	43
2.5.4.7. Em 7º lugar – os juros vencidos após a decretação da falência .....	44
2.5.5. Créditos extraconcursais (credores da massa).....	44
2.5.6. Da liquidação e encerramento da falência .....	45
2.5.6.1. Liquidação.....	45
2.5.6.1. Encerramento.....	46
2.5.7. Da extinção das obrigações do falido .....	47
2.5.8. Da ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência.....	48
2.5.8.1. Termo legal da falência e período suspeito .....	48
2.5.8.2. Atos ineficazes .....	48
2.5.9. Das ações de interesse da massa .....	49
2.5.9.1. Da ação revocatória.....	49
2.5.9.2. Da ação de restituição .....	49
2.5.9.3. Dos embargos de terceiro.....	50

## **CAPÍTULO 3**

<b>As Alterações Promovidas pela Lei 14.112/2020 .....</b>	<b>51</b>
3.1. Artigo 6º.....	51
3.2. Artigo 10 .....	62
3.3. Artigo 14 .....	66
3.4. Artigo 16 .....	67
3.5. Artigo 22 .....	68
3.6. Artigo 24 .....	77
3.7. Artigo 35 .....	79
3.8. Artigo 36 .....	80
3.9. Artigo 39 .....	82
3.10. Artigo 48 .....	85

3.11. Artigo 49.....	87
3.12. Artigo 50.....	91
3.13. Artigo 51.....	97
3.14. Artigo 52.....	107
3.15. Artigo 54.....	109
3.16. Artigo 56.....	111
3.17. Artigo 58.....	116
3.18. Artigo 59.....	119
3.19. Artigo 60.....	120
3.20. Artigo 61.....	122
3.21. Artigo 63.....	123
3.22. Artigo 66.....	125
3.23. Artigo 67.....	128
3.24. Artigo 69.....	129
3.25. Artigo 73.....	130
3.26. Artigo 75.....	134
3.27. Artigo 83.....	136
3.28. Artigo 84.....	141
3.29. Artigo 86.....	146
3.30. Artigo 99.....	148
3.31. Artigo 104.....	152
3.32. Artigo 131.....	156
3.33. Artigo 141.....	157
3.34. Artigo 142.....	159
3.35. Artigo 143.....	166
3.36. Artigo 145.....	168
3.37. Artigo 156.....	171
3.38. Artigo 158.....	171
3.39. Artigo 159.....	173
3.40. Artigo 161.....	175
3.41. Artigo 163.....	177
3.42. Artigo 164.....	180
3.43. Artigo 168.....	182
3.44. Artigo 189.....	184
3.45. Artigo 191.....	188
3.46. Artigo 199.....	189

**CAPÍTULO 4**

<b>As Inclusões Promovidas pela Lei 14.112/2020 .....</b>	<b>191</b>
4.1. Artigo 6º-A, 6º-B e 6º-C .....	191
4.2. Artigo 7º-A.....	193
4.3. Seção II-A, arts. 20-A, 20-B, 20-C e 20-D .....	198
4.4. Artigo 45-A.....	205
4.5. Artigo 48-A.....	206
4.6. Artigo 50-A.....	208
4.7. Artigo 51-A.....	209
4.8. Artigo 56-A.....	211
4.9. Artigo 58-A.....	213
4.10. Artigo 60-A.....	215
4.11. Artigo 66-A.....	216
4.12. Seção IV-A, arts. 69-A, 69-B, 69-C, 69-D, 69-E e 69-F .....	217
4.13. Seção IV-B, arts. 69-G, 69-H, 69-I, 69-J, 69-K e 69-L.....	219
4.14. Artigo 70-A.....	224
4.15. Artigo 82-A.....	224
4.16. Artigo 114-A.....	226
4.17. Artigo 144-A.....	228
4.18. Artigo 159-A.....	228
4.19. Capítulo VI-A .....	229
4.20. Seção I, arts. 167-A, 167-B, 167-C, 17-D e 167-E .....	231
4.21. Seção II, arts. 167-F e 167-G.....	236
4.22. Seção III, arts. 167-H, 167-I, 167-J, 167-K, 167-L, 167-M,167-N e 167-O.....	240
4.23. Seção III, arts. 167-P e 167-Q.....	250
4.24. Seção III, arts. 167-R, 167-S, 167-T, 167-U, 167-V, 167-W,167-X e 167-Y .....	252
4.25. Artigo 189-A.....	258
4.26. Artigo 193-A.....	258
4.27. Artigo 5º da Lei 14.112/2020 – Direito intertemporal.....	259

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>263</b>
-------------------------	------------

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO .....</b>	<b>265</b>
--	------------